LIDO EM:	1 1	
□IVI	_ ′ ′	
20.0505	DETÁ DIO	

PROJETO DE LEI PROTOCOLO LEGISLATIVO PROCESSO Nº 4057/2023

> INCLUI O DIA DO ENFRENTAMENTO AO LESBOCÍDIO NO CALENDÁRIO OFICIAL PETRÓPOLIS Ε DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

- Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Petrópolis, o Dia Municipal de Enfrentamento ao Lesbocídio, a ser celebrado, anualmente, no dia 21 de setembro.
- Art. 2º O "Dia Municipal de Enfrentamento ao Lesbocídio", de que trata o art. 1º se destina a:
- I promover campanhas, atividades e ações públicas de enfrentamento e erradicação do lesbocídio:
- II contribuir na construção de cultura de não violência contra as mulheres lésbicas;
- III realizar o mapeamento das demandas das lésbicas petropolitanas quanto a políticas de promoção de seus direitos
- IV discutir estratégias de combate à lesbofobia e ao lesbo-ódio;
- V propor políticas públicas para combater a lesbofobia e o lesbo-ódio.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICATIVA**

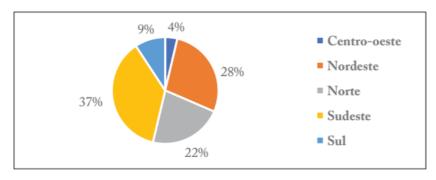
Em 2017, foram registradas 54 mortes de mulheres lésbicas no Brasil, representando um aumento alarmante de mais de 237% em relação aos casos de 2014 e de 80% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa estatística é a mais alta já registrada em toda a história das pesquisas sobre lesbocídio no país. Em um trágico exemplo, no dia 21 de setembro de 2017, as jovens Meiryhellen Bandeira, 28 anos, e Emilly Martins, 21 anos, foram vítimas de assassinato a tiros. Roberto Luiz Pavini confessou que o crime foi motivado pelo fato de as mulheres serem lésbicas.

O dossiê sobre lesbocídio no Brasil, elaborado pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revela que a região Sudeste apresenta o maior percentual de casos de lesbocídio, enquanto o interior do país apresenta índices ainda mais elevados, quando comparado as capitais Esses dados apontam para uma problemática tendência que merece Processo: 4057/2023

09/08/2023, 11:34 Exibir Impressao n.

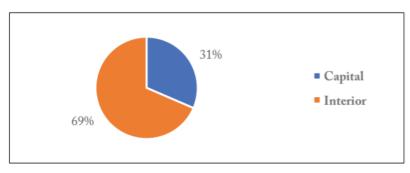
atenção urgente e a implementação de políticas eficazes para proteger a vida e garantir os direitos das mulheres lésbicas em todo o território nacional.

Gráfico 47: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por região



Fonte: Lesbocídio - As histórias que ninguém conta

Gráfico 46: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por local

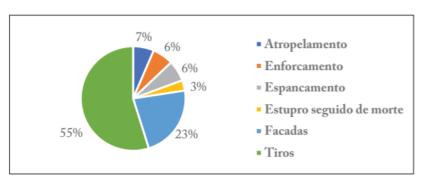


Fonte: Lesbocídio - As histórias que ninguém conta

O lesbocídio é um fenômeno que demanda atenção e ação por parte do Município e da sociedade. É crucial que o governo reconheça a existência e a seriedade desses crimes específicos, a fim de elaborar políticas efetivas de enfrentamento.

A crueldade extrema desses assassinatos expõe o ódio direcionado especificamente às mulheres, e de maneira mais agravada às mulheres lésbicas. Em 2017, 55% das mortes ocorreram por tiros de arma de fogo, seguidas por 23% por facadas. Um total de 62% das mortes registradas naquele ano foram resultado de assassinatos, indicando um aumento significativo nos casos de homicídio entre lésbicas. Mais de 80% dos assassinatos são cometidos por homens, sendo mais de 40% perpetrados por desconhecidos, e cerca de 70% ocorrem em espaços públicos.

Gráfico 48: Percentual de lésbicas mortas em 2017 por método de execução



Fonte: Lesbocídio – As bistórias que ninguém conta Data do Documento: 08/08/2023 - 20:11:05

Data do Processo: 09/08/2023 - 20:11:0

Processo: 4057/2023

ARQUIVO ASSINADO ELETRONICAMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 2023009300040157405

09/08/2023, 11:34 Exibir Impressao n.

O lesbocídio representa uma grave violação dos direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à vida, à integridade física e psicológica, à liberdade e à igualdade. Este projeto de lei tem como propósito garantir que todas as mulheres lésbicas tenham seus direitos assegurados e protegidos.

Ao combater especificamente o lesbocídio, estaremos contribuindo para a prevenção da violência baseada no sexo. Medidas direcionadas para proteger mulheres lésbicas também podem impactar positivamente outras políticas e programas que visam combater a violência contra mulheres em geral.

Sendo assim, é essencial que o Município assuma a responsabilidade de combater o lesbocídio por meio de uma legislação adequada, políticas públicas efetivas e ações concretas. Com a aprovação desse projeto de lei, estaremos dando um passo importante para construir uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa, onde todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual, possam viver livres de violência e discriminação.

Sala das Sessões, 09 de Agosto de 2023

JULIA CASAMASSO Vereadora